

Além do impacto ambiental

Luciana Simões Rodrigues

O reflorestamento tem se constituído num tema polêmico em nosso Estado, ultimamente. Especificamente, a expansão da **mancha de eucalipto** é um desafio a ser enfrentado com urgência.

A despeito da complexidade do tema, atendo-me aqui à abordagem referente ao primeiro agravante deste processo: aumento e conseqüências da concentração fundiária como decorrência da atividade do plantio de eucalipto.

Aí está uma relação de causa e efeito à primeira vista discrepante. Impressão, desfeita, porém, se identificarmos e analisarmos os principais fatores que determinaram a expansão do eucalipto no Estado: a produção de celulose em primeiro plano e em seguida a de carvão vegetal.

A esse respeito os dados do **Anuário Estatístico do Espírito Santo**, documento elaborado pelo Departamento Estadual de Estatística, nos dão conta de que quase 100% da produção estadual de madeiras em toras, no período de

1986 a 1989, foi destinada para a Indústria de Papel e Celulose (Aracruz Celulose S/A, principalmente e Celulose Nipo-Brasileira-MG-Cenibra), assim como, do total da produção das espécies florestais plantadas, mais de 80% foi referente à madeira em tora para papel e celulose (tomando-se o ano de 1988 como referência).

Isso demanda intensa produção de eucalipto, cujo plantio requer uma série de condições. Assim, a região da Baixada Espírito-Santense, devido sobretudo ao tipo de relevo, ao clima favorável e à oferta de infra-estrutura, tem reservado vastas áreas de seu território ao plantio do eucalipto. Os municípios de Aracruz, São Mateus e Conceição da Barra são os principais produtores.

Vem de longe a intensificação do plantio de eucalipto através da Aracruz Florestal S/A. Mais recentemente, precisamente em 1990, novas áreas começaram a ser reflorestadas, com expansão da atividade a novas regiões do Estado. Nesse ano foi dado início ao Programa de Fomento da Aracruz, com 2.353 ha plantados. E

para obter grandes áreas contínuas a empresa tem efetuado a compra das terras dos pequenos proprietários. Fato que vem provocando a elevação do preço das terras na região, além de incidir diretamente sobre a diversificação agrícola e sobre a produção de alimentos, dois fatores conduzidos pelos menores produtores.

Outra preocupação refere-se às atividades ligadas a outras espécies florestais plantadas: dada a canalização do reflorestamento para o fornecimento de matéria-prima à indústria de celulose, a indústria de madeira e a demanda de lenha ficaram dependentes apenas de florestas nativas e importadas de outras regiões.

Utilizando-se de outros dados, conclui-se que com o aumento da concentração fundiária foi significativa a ampliação do mercado de trabalho. A constituição de assalariados permanentes na região aumentou em termos absolutos. E, como conseqüência, o surgimento de novas cidades ou lugarejos decorrentes da migração de mão-de-obra. E no bojo desse processo o aparecimento de "favelas" e ou-

tros problemas sociais.

Aqui se vê que os problemas decorrentes da expansão do eucalipto não se limitam aos impactos ambientais, mas incluem também as conseqüências sócio-econômicas, dentro das quais, a concentração fundiária me chamou a atenção. É crucial um acompanhamento e formulação de idéias e visões das transformações que estão ocorrendo, principalmente no que diz respeito à diversificação da agricultura na região. O processo de industrialização compreende mudanças na área estabelecida, sobretudo no caso do Complexo Agroindustrial da Aracruz Celulose. Porém, tal fato requer pressupostos no sentido de ordenar o processo. Isso supõe o entendimento de que a solução dos problemas criados descarta o caminho do retrocesso: no Espírito Santo a industrialização já se estabeleceu, sendo necessário debater esse tema para que haja integração e participação da sociedade de maneira direta neste processo.

Luciana Simões Rodrigues é economista e técnica do IJSN